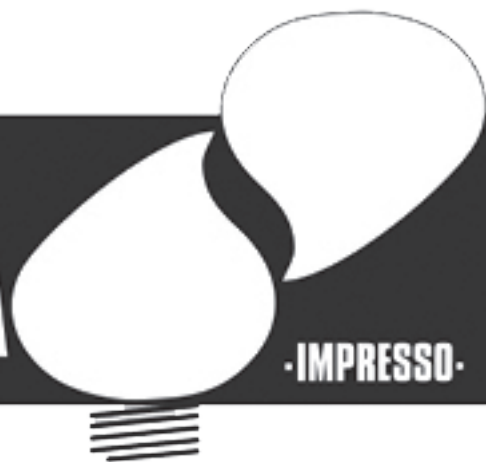




INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHAVIVA

Nº 1393 - 08 de fevereiro de 2018



IMPRESSO

UM PRÊMIO dos celesquianos



"Ao dar à Celesc pontuação muito superior à média nacional, o povo catarinense já se posiciona contra a privatização da empresa"

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) divulgou os vencedores do prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC), que mede a qualidade do serviço prestado à sociedade pelas distribuidoras de energia elétrica do país.

Medido através de pesquisa com os próprios consumidores, o prêmio traz duas empresas públicas nas primeiras colocações. A estatal paranaense Copel é a primeira colocada. A Celesc a segunda.

O prêmio da Aneel é importante porque é reflexo daquilo que a sociedade enxerga. E a sociedade vê claramente que as empresas públicas atendem com mais qualidade do que as privadas.

Para os sindicatos da Intercel, a premiação é um reconhecimento ao trabalho dos celesquianos. Afinal de contas, é o comprometimento diário dos eletricitários catarinenses que constrói a Celesc Pública. É isso que a mantém.

A legislação catarinense diz que quem tentar privatizar a Celesc terá que, primeiro, convencer a população a aceitar. Patrimônio dos catarinenses, a Celesc só pode ser privatizada se um plebiscito popular permitir.

Pois o prêmio IASC já é um plebiscito. Ao dar à Celesc pontuação muito superior à média nacional, o povo catarinense já se posiciona contra a privatização da empresa.

A Celesc é pública, de todos os catarinenses. Que este prêmio ecoe junto aos candidatos ao Governo do Estado. E que eles também defendam nosso lema:

CELESC PÚBLICA, BOM PARA TODO MUNDO!

AGE NA ELETROSUL

Trabalhadores fazem novo protesto na reabertura da Assembleia Geral de Acionistas

AMEAÇA À PLR

Distribuição de Resultados na mira do Tribunal de Contas da União



TRIBUNA LIVRE

NA CONTRAMÃO GANHANDO PRÊMIOS

POR LEANDRO NUNES DA SILVA

A Celesc é a segunda melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Brasil na avaliação dos consumidores. A divulgação do prêmio IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor) apontou aquilo que sempre defendemos: a qualidade do serviço prestado à sociedade por uma empresa pública é muito maior do que o de uma empresa privada. Vários são os motivos para isso, mas é preciso focar no maior deles: o trabalhador.

Se a Celesc voltou à rotina de prêmios, é porque o celesquiano tem superado adversidades para fazer cumprir o papel primordial da empresa Pública: atender a população catarinense com qualidade, levando energia e desenvolvendo Santa Catarina há mais de 60 anos.

Em maio do ano passado, tivemos a oportunidade de debater com o órgão regulador particularidades do contrato de concessão da Celesc, durante o 10º Congresso dos Empregados da Celesc. Ouvimos do representante da Aneel que, para eles, tanto faz se a empresa é pública ou privada: o importante é bater as metas, é ser eficiente. E esse é o problema. Em um setor elétrico arruinado pela privatária, o conceito de eficiência é um conceito financeiro. A própria Agência reguladora foi criada com o intuito de vender todo o setor e daí segue a visão distorcida de eficiência. Enquanto para a Aneel o modelo a ser seguido é aquele que pouco se importa com a sociedade e que espreme o sangue dos trabalhadores com níveis absurdos de terceirização, a Celesc demonstra que é possível estar no topo da qualidade indo na contramão.

É óbvio que ir na contramão também não é fácil. Tudo que os trabalhadores da Celesc tem foi conquistado à duras penas, com muita luta, com mobilizações e greves. Mas o trabalhador da Celesc é tão responsável com a sociedade que até isso ele consegue equilibrar. Junto a sindicatos combativos, defende seus direitos, luta pela empresa pública e não deixa o povo na mão. Não é qualquer trabalhador que mesmo fazendo 10 dias de greve é elogiado pelo Ministério Público. Não. É só o trabalhador celesquiano.

O prêmio IASC traça um panorama expressivo do setor elétrico e daquilo que a sociedade realmente deseja das distribuidoras de energia. Não é por acaso que junto à Celesc uma outra empresa pública ocupe o topo do pódio. A Copel, estatal paranaense foi a primeira colocada no prêmio IASC, com os mesmos desafios e mesmos méritos da Celesc. Empresas estatais, com responsabilidade social, que atendem a sociedade com excelência e, mesmo assim, mesmo premiadas, na mira da privatização. Atuam no Brasil 64 empresas de distribuição de energia, sendo 59 privadas. Apenas 5 distribuidoras restaram como patrimônio público. E duas delas são as melhores do Brasil.

Mesmo assim vivemos um momento onde a ameaça de privatização deixou de ser uma remota possibilidade. É absurdo pensar que a Eletrobras, maior empresa de energia elétrica da América Latina - e acionista da Celesc - esteja na mira da privatização. Esse é um fato importante demais. É preciso lembrar que a luta dos trabalhadores tem que ser uma luta unificada. Os celesquianos tem um longo histórico de batalhas ao lado dos sindicatos da Intercel. Já passamos, também, por lutas conjuntas importantes, como as manifestações do Movimento Unificado Contra as Privatizações (MUCAP), na década de 90. Nesta época eu ainda não estava na Celesc, mas tiveram trabalhadores e sindicalistas que lutaram pela nossa empresa. Que fizeram o mesmo trabalho que hoje nós fazemos.

Eles lutaram na contramão de tudo. Por isso, o prêmio que a Celesc ganhou é um prêmio para todos os trabalhadores que estão, que estiveram e que ainda estarão nesta empresa. E, no final de tudo, o prêmio maior quem ganha é a sociedade: uma empresa pública de qualidade!

Leandro Nunes da Silva é Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc

ELETROSUL

AGE APROVA ALTERAÇÕES DE ESTATUTO

Trabalhadores das Eletrosul fazem novo protesto na reabertura da Assembleia Geral de Acionistas

Com suas decisões podendo ainda serem sustadas por medida judicial, foi retomada no dia 31 uma assembleia de acionistas que sorrateiramente, e a despeito dos interesses da sociedade, decidiu mudar o estatuto da Eletrosul para privatizar ou permitir a liquidação da empresa pública que serve aos brasileiros. Um interdito proibitório expedido pela Justiça para impedir que qualquer dirigente sindical pudesse se aproximar do local da reunião dos acionistas. Uma tocaia de viaturas da polícia militar nas mediações do prédio pronta a agir de surpresa, com provável voz de prisão orquestrada junto à Diretoria da Empresa, caso houvesse a entrada e aproximação de algum dirigente sindical da sala da reunião. Um empregado da alta administração da Eletrosul estacado ao lado das catracas vigiando o movimento dos que se manifestavam pacificamente a favor do Brasil, pronto a dar o primeiro aviso sobre a entrada de algum "intruso" à alta administração. A votação unânime dos acionistas minoritários contra a mudança do estatuto, enquanto o único acionista majoritário votava a favor da liquidação da Eletrosul, numa tentativa de derradeiro golpe à esperança.

No dia 31 de janeiro de 2018, em vigília cultural, dirigentes dos Sindicatos da Intersul, Intercel, com apoio de integrantes de movimentos sociais e alguns trabalhadores e trabalhadoras da Eletrosul deram nova demonstração de coragem na luta contra a privatização da empresa, sobreposta a qualquer medo, desesperança, ou desilusão, a qualquer dócil e bem comportada caminhada para o precipício. Um processo histórico, e suas vitórias ou derrotas, são construídas ao longo do tempo, sempre suficiente para despertar a consciência dos envolvidos e fazer com que levantem a cabeça para o que importa. No dia 31 de janeiro, como já havia ocorrido no dia 19 de janeiro, os que levantaram a cabeça deixaram a esperança dar novas mostras de como vencer o medo. E sabem disso melhor do que pela simples leitura da história. Sabem também que não foram derrotados, como uma minoria quer acreditar, pois foi uma vitória da moral e da ética, daqueles que acreditam, acima de tudo, no interesse comum sobreposto aos interesses particulares ou individuais. A luta não terminou no dia 31 de janeiro, ela apenas reacendeu como centelha que nunca apaga. A Eletrosul não foi privatizada, mas o processo de privatização e seus golpes sorrateiros ao longo do trajeto só poderão ser vencidos com a luta participativa de todos os trabalhadores e trabalhadoras. Só assim nenhuma ação policial tocaiada, nenhuma conduta alcaguete, nenhuma catraca sem vida poderá impedir nossa vitória, pois os traidores do povo estarão intimidados pelas vozes unidas, pela justiça por trás dessas vozes, pelas famílias por trás dessas vozes, por milhões de brasileiros por trás dessas vozes. Os trilhos para qualquer esperança passam agora pela união, não há outra estação.

A confiança reacendida nas vitórias dos dias 19 e 31 de janeiro manterá os trabalhadores firmes na luta, energizados pelo espírito guerreiro, e genuinamente brasileiro do maracatu, que preencheu todos os recintos da Sede da Eletrosul com o ritmo ancestral de seus tambores e de sua energia intensa e necessária. A luta sempre continua!

ELETROSUL

AMEAÇA À PLR DOS TRABALHADORES

Distribuição de Resultados na mira do TCU

O governo ilegítimo de Michel Temer aponta cada vez mais canhões contra as estatais. Após atacar os planos de saúde via Ministério do Planejamento, que pela Res.23/18 impõe teto ao custeio

dos planos, limita a coparticipação da empresa em 50% (hoje na Eletrosul é 80%) e determina a implantação de cobrança de mensalidades, agora é a PLR que está na mira. O TCU determinou que a SEST (ex-DEST) apresente "a relação das empresas estatais federais que utilizam programas de distribuição de resultados aos dirigentes e aos quadros funcionais, com os correspondentes montantes envolvidos nesses programas; a sua fundamentação legal; e a situação de dependência de cada estatal em relação ao Tesouro Nacional, nos últimos cinco anos. A partir dos dados levantados será elaborada análise sobre os reflexos nas contas públicas."

nós, tentando criminalizar o recebimento. Quem ainda não se deu conta de que o objetivo deste desgoverno é destruir as empresas públicas e acabar com todos os direitos dos trabalhadores, precisa acordar. Somente com mobilização e participação conseguiremos nos defender.

Considerando a campanha infame do governo pela privatização das Estatais, baseada na mentira de que elas dão prejuízo e sugam recursos de outras áreas, fica clara a intenção do governo de atacar mais este direito legítimo dos trabalhadores, conquistado após muita luta. Não duvide-se de que nas próximas semanas, se aproximando o período de pagamento da PLR, a empresa de mídia contratada por Pinto Jr a peso de ouro e sem licitação comece campanha contra

"Não duvide-se de que nas próximas semanas, se aproximando o período de pagamento da PLR, a empresa de mídia contratada por Pinto Jr a peso de ouro e sem licitação comece campanha contra nós"

ELETROBRAS

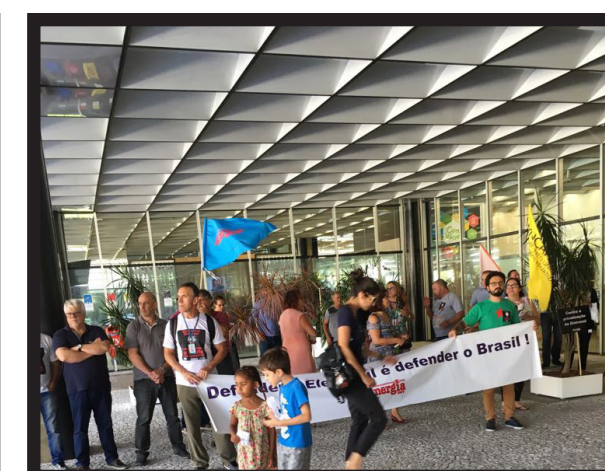
CNE FAZ ENTREGA DE PAUTA

Negociação do Acordo Coletivo deve se iniciar ainda em fevereiro

Dirigentes dos Sindicatos que compõem o CNE, de vários Estados do País, estiveram em Brasília-DF na tarde desta terça-feira (6), para entrega da pauta de reivindicações nacional da categoria elétrica ao Diretor Jurídico e de Gestão, Alexandre Aniz, da holding Eletrobras e representantes das demais empresas do grupo. A Intersul se fez presente na reunião, junto aos demais dirigentes dos CNE, que aproveitaram a ocasião para efetuar o registro de algumas denúncias, entre elas, as demissões arbitrárias que estão acontecendo na empresa Amazonas Energia, e ainda as alterações promovidas nas tabelas salariais reduzindo a faixa relativa ao nível fundamental. Estes e outros assuntos deverão ser abordados novamente no próximo dia 27, em Brasília, data prevista para a primeira rodada de negociação referente ao Acordo Coletivo de Trabalho. No dia 28, as

lideranças sindicais pretendem discutir com a direção da empresa a avaliação de parâmetros funcionais e técnicos, que nortearão a possível distribuição da PLR 2017 para as empresas do grupo Eletrobras. Também foi entregue ao Diretor Aniz, ofício pedindo a prorrogação do ACT vigente, cujo prazo de validade termina no dia 31 de abril. O objetivo é garantir todos os direitos e benefícios garantidos no Acordo Coletivo de Trabalho até o fim das negociações.

Dirigentes do CNE permaneceram em Brasília nos dias 7 e 8 em contato com parlamentares no Congresso Nacional em busca de apoio na batalha contra a privatização. A AGE da Eletrobras, que pretende aprovar medidas para assumir as dívidas e viabilizar a venda das Distribuidoras ocorre hoje, dia 8, em Brasília. Há uma ação popular dos sindicatos que tenta suspender a realização da AGE.



CELESC

CANDIDATURAS DIVULGADAS

Comissão eleitoral apresenta dois candidatos ao Conselho

A Comissão Eleitoral divulgou nesta segunda-feira, dia 05, a lista de candidatos homologados para a eleição à representação dos trabalhadores no Conselho de Administração da Celesc.

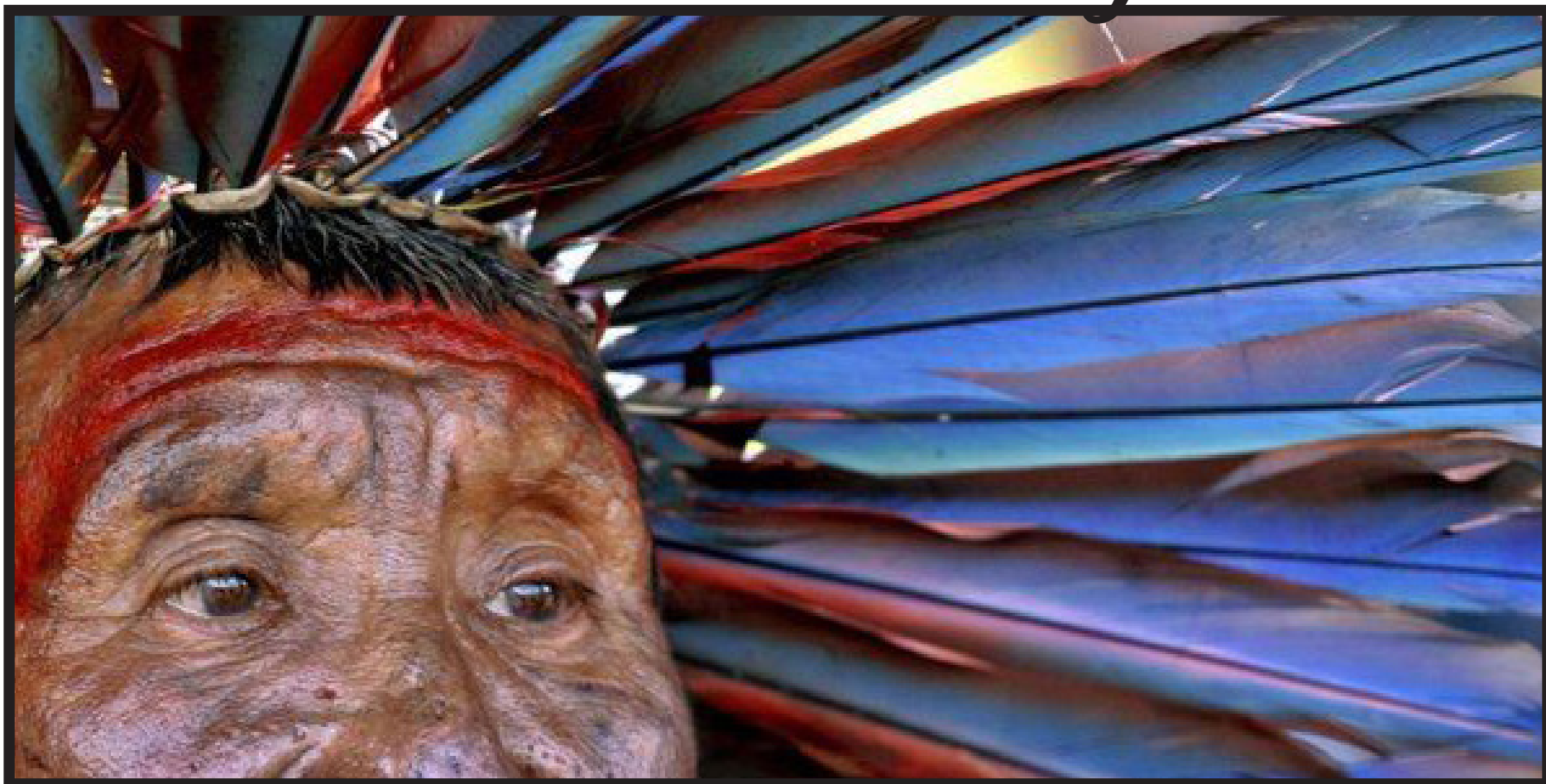
De acordo com a informação da comissão, inscreveram-se para o pleito Leandro Nunes da Silva, trabalhador da Agência Regional de Joinville e atual Conselheiro eleito e Edson Aquino dos Santos, trabalhador da Agência Regional de Florianópolis. Seguindo o disposto no calendário eleitoral, o prazo de impugnação de candidaturas se encerra hoje, e a divulgação final dos candidatos aptos à votação será realizada no dia 15. A partir de 23 de fevereiro até 20 de março os candidatos poderão apresentar suas propostas aos celesquianos.

A representação dos empregados no Conselho de Administração é fundamental para a luta contra a privatização e contra a retirada de direitos dos trabalhadores. Participem do processo.

Linha Viva é uma publicação da Intercel
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (MTE 3489/SC)
Conselho Editorial: Amílca Colombo
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 |
E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.



DIA NACIONAL DE LUTA dos Povos Indígenas



Dia 7 de fevereiro foi instituído o Dia Nacional da Luta dos Povos Indígenas. A data foi escolhida em homenagem ao líder indígena Sepé Tiaraju, que lutou contra a dominação espanhola e portuguesa no Rio Grande do Sul de 1753 a 1756. Sepé Tiaraju (São Luís Gonzaga, em 1723 — São Gabriel, 7 de fevereiro de 1756) foi um guerreiro indígena Guarani que comandou a revolta dos Sete Povos das Missões contra o Tratado de Madri e enfrentou os exércitos de Portugal e Espanha, em defesa do território do povo Guarani localizado nos atuais centro e leste do Paraguai, noroeste da Argentina, sul do Brasil e norte do Uruguai. Os episódios de resistência liderados por Sepé Tiaraju inspiravam-se na guerras e revoltas de povos indígenas contra os colonizadores europeus. Entre elas temos:

*Confederação dos Tamoios: 1555-1567
Guerra dos Aimorés: 1555-1673
Guerra dos Potiguares: 1586-1599
Levante dos Tupinambás: 1617-1621
Confederação dos Cariris: 1686-1692
Revolta de Mandu Ladino : 1712-1719
Guerra dos Manaus: 1723-1728
Resistência Guaicuru: 1725-1744
Guerrilha dos Muras: todo o século XVIII
Guerra Guaránica: 1753-1756*

O levante Guarani contra Espanhóis e Portugueses ocorreu pois os europeus haviam renegociado as fronteiras do antigo Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494, e descumprido o acordo que tinham estabelecido com os Guarani, estabelecendo o Tratado de Madri, no dia 13 de janeiro de 1750. Com o novo tratado, as terras que ficavam a oeste do Rio Uruguai, atual Rio Grande do Sul, passariam a pertencer a Portugal e os moradores ligados a Espanha deveriam se mudar para o leste do Rio. Porém, o grito de independência Guarani, se recusando a se retirar de sua terra tradicional, desencadeou novos movimentos de luta indígena e de independência em todo o mundo.

Na sequência da revolta Guarani, Tupac Amaru II conduziu os indígenas nos Andes peruanos numa das maiores rebeliões anticoloniais da América no século XVIII – a chamada Grande Rebelião -, que teve lugar no Vice-reino do Rio da Prata e no Vice-reino do Peru, iniciada em 4 de novembro de 1780, com a captura e posterior execução do corregedor Antonio de Arriaga. Embora a revolta não tenha tido sucesso, Túpac Amaru II acabou por se tornar uma figura mítica, inspirando inúmeros movimentos pela independência do Peru, bem como a luta pelos direitos dos povos indígenas. Ainda, na América do Norte ocorreu a Guerra Franco-Indígena, que foi o nome dado ao conflito ocorrido entre 1754 e 1763 entre os britânicos e os franceses, nas suas colônias norte americanas. Ambos os lados possuíam, na época, povos indígenas como aliados. Os algonquinos e os hurões se aliaram com os franceses, enquanto os iroqueses se aliaram com os britânicos. Com a união entre indígenas e colonos nas guerras na América do Norte, logo surgiu o movimento de independência que gerou a Guerra Revolucionária Americana (1775–1783), que foi um conflito armado entre o Reino da Grã-Bretanha e as Treze Colônias na América do Norte, que haviam declarado sua independência como os Estados Unidos em 4 de julho de 1776.

Toda esta agitação independentista gerou conflitos nos países colonizadores, culminando com a Revolução Francesa (1789-1799), e a revolta da população contra os reis absolutistas, e gerando proclamações de repúblicas independentes. Apesar da queda dos regimes absolutistas, os povos indígenas não tiveram seus direitos reconhecidos pelos republicanos independentistas, e seguiram na luta até os dias atuais. O dia 7 de fevereiro foi sancionado em 2008 como Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas pela LEI Nº 11.696, DE 12 DE JUNHO DE 2008.

